



ORGANIZAR A BASE COM UM CALENDARIO DE LUTAS

O governo há mais de uma década vem fechando salas de aulas, turnos inteiros, principalmente o noturno, e expandiu exponencialmente os PEIs (programa de ensino integral). Em 2023 quase metade das escolas sendo hoje 44% (2.314 unidades) se “transformaram” nos PEIs. No processo de expansão de escolas em tempo integral o quadro de professores é drasticamente reduzido, bem como o de matrículas.

Na rede estadual o número de professores em 2013 era de 250 mil, em 2023 o número de professores não chegou a 182 mil. Mais da metade dos professores em 2023 eram professores temporários. Apesar do governo dizer que oferta 1,2 milhões de vagas nos PEIs, ele oculta que o restante dos 3,2 milhões de estudantes, cerca 2,3 milhões terão que garantir suas matrículas em escolas com turnos reduzidos e salas insuficientes para comportar esse contingente.

Entre 5 de julho a 28 de agosto mais de 28 mil estudantes foram evadidos em 2023. Além da exclusão de 28 mil alunos, o governo de Tarcísio/Feder aprofunda o critério de exclusão, os que se ausentaram por mais de 15 dias consecutivos a partir do mês de agosto foram excluídos da lista e dados como “não comparecidos”.

Esses dados apontam para o problema central que reflete na atribuição de aula nesta conjuntura, está ligado à diminuição de aulas e vagas nas escolas no geral, o que afeta diretamente o professorado. Por mais que se corrija a pontuação, o “cobertor” é estreito, se puxa de um lado se descobre de outro, não há aulas na rede para o contingente de professores, atualmente, e não há vagas suficientes para alunos.

Em 2024 chegamos a esse quadro de desemprego porque a direção sindical há muito abandonou a campanha pela estabilidade; há muito deixou de fazer uma campanha contra o avanço do PEI, que começou em 2012; há muito deixou de fazer uma campanha contra o fechamento de salas, principalmente no noturno. Nos últimos 3 anos a direção sindical abandonou por completo as assembleias de base, os chamados de paralisação, a luta direta em síntese.

Com o segundo mandato de Maria Isabel Noronha/PT a política derrotista de pressão parlamentar se aprofundou, e os governos do Estado conseguiram dar sequência aos planos privatistas e de terceirização nos serviços públicos sem a luta de classes.


A LUTA SÓ SERÁ VITORIOSA COM A UNIDADE ENTRE PROFESSORES EFETIVOS, CONTRATADOS E DESEMPREGADOS.

Está claro a todos que é mentira que:

- *o concurso vai efetivar professores conforme aceitação da direção da Apeoesp;*
- *as APDs podem ser cumpridas em horários de livre escolha;*
- *liminar, mandado de segurança e ações judiciais não é garantia de direitos para inscrições e atribuição de aulas e classes.*

O sindicato é organismo de luta do trabalhador, e não o trampolim para parlamentares e carreiristas. Vamos exigir que as reuniões de representantes aconteçam para organizar a base, exigir que as assembleias sejam convocadas, amplamente, com toda a categoria, com visitação às escolas, reuniões regionais, e todo o suporte que os professores precisam para participar e não serem penalizados; exigir uma luta coletiva contra as perseguições e demissões dos sindicalistas que lutam e fazem o enfrentamento direto.

O papel da direção sindical é levantar uma ampla campanha pela garantia do emprego, pelo fim das PEIs, abertura de salas, aplicação da jornada do piso salarial, diminuição do número de alunos por sala, estabilidade imediata para os professores temporários por meio da efetivação sem concurso público.

Uma campanha só terá força se for rompido o método derrotista dessa direção, chamando a luta direta, com assembleias, bloqueios, ocupações e organização da greve, em defesa dos empregos, dos salários e dos direitos a todos.  **!**

PELO FIM DAS PEIS
PELA ABERTURA IMEDIATA DE SALAS E TURNOS
PELA IMEDIATA ESTABILIDADE DE TODOS
OS PROFESSORES TEMPORÁRIOS POR MEIO
DA EFETIVAÇÃO SEM CONCURSO PÚBLICO
PELA REDUÇÃO DA JORNADA
SEM REDUÇÃO SALARIAL
PELO FIM DO N.E.M (NOVO ENSINO MÉDIO).
ABAIXO A MUNICIPALIZAÇÃO QUE ABRE CAMINHO
PARA A TERCEIRIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO
NA EDUCAÇÃO